



# Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 64.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM, 16 DE JUNHO DE 1980

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Mário Celso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo P. Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios.

Sob o n.<sup>o</sup> 75/80, da Senhora NANÁ WATANABE, Secretária Executiva da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, comunicando o recebimento da cópia autêntica de Requerimento aprovado em Sessão Plenária de 13 de maio do corrente, aproveita a oportunidade para transmitir os sinceros agradecimentos. —Ciente. Arquite-se.

Sob os n.<sup>os</sup> 108, 109, 110 e 111/80, do Senhor Governador do Estado comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números:

11/80: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Associação Evangélica Missão Transmundial, com sede e foro em Campo Mourão. Anote-se. Arquite-se.

2/80: Do Senhor Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o Instituto PIO XII, de Londrina. Anote-se. Arquite-se.

18/80: Do Senhor Deputado QUIÉLSE C. DA SILVA, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mes-

tres da Escola Padre Jansen, Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais. Anote-se. Arquite-se. 190/79: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a realizar com a CÚRIA METROPOLITANA permuta de imóvel situados no Município de Rio Negro, com áreas, melhorias e demais características que especifica. — Anote-se. Arquite-se.

#### Telex:

Nos seguintes termos:

“PEÇO RECEBER ET TRANSMITIR PARES VOSSA EXCELENCIA AGRADECIMENTOS ORDEM ADVOGADOS MANIFESTAÇÃO APROVADA SESSAO 22 DE MAIO ULTIMO ESSA CASA LEGISLATIVA PROPOSITO OITAVA CONFERENCIA NACIONAL ADVOGADOS PT SAUDAÇÕES.”

EDUARDO SEABRA FAGUNDES PRESIDENTE ORDEM ADVOGADOS BRASIL Ciente. Arquite-se.

#### Requerimentos:

### REQUERIMENTOS

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor RODOLFO KRATZ, ocorrido na data de 13 de junho de 1980, em Guaíra.

Tratava-se de pessoa muito estimada e relacionada em todo município de Marechal Cândido Rondon e Guaíra, tendo exercido o cargo de vereador em Marechal Cândido Rondon, no período de 1.972 a 1.976.

Solicitamos, outrossim, após a aprovação do presente, que se dê ciência à família enlutada, no seguinte endereço: aos cuidados da Prefeitura Municipal de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1980

a) Werner Wanderer.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Professor Alceu de Oliveira Toledo, ocorrido ontem na cidade de Paranaguá.

O Professor Alceu de Oliveira Toledo exercia atualmente, com brilhantismo, o cargo de Diretor do Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha, além de ocupar uma Cadeira no Legislativo de Paranaguá, onde sempre se destacou pela sua atuação eficiente e dinâmica em defesa dos interesses da coletividade, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação no seio da sociedade local e particularmente nos meios políticos e do magistério, onde gozava de real estima pelas suas qualidades de cidadão íntegro e idôneo, virtudes que o tornaram credor da simpatia e admiração de todo o povo parnanguara.

O extinto deixa viúva a Sra. Vera Lucia Toledo e quatro filhos.

Requer, outrossim o signatário, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enluta-

da para o seguinte endereço: Rua Professor Cleto n.º 1163 —  
—Paranaguá.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.980

a) Nelson Buffara.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo passamento do Senhor Tercilio Biz, ocorrido em nossa Capital.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à Família enlutada, à Rua Dna. Maria José Godoi, 83.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.980

a) Erondy Silvério.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER o registro, na ata da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Catarina Maroneze de Senna, ocorrido em 8 do corrente. A extinta contava oitenta e oito anos de idade e deixou três filhos, entre os quais o Sr. Idelfonso Senna Filho, ilustre Prefeito do Município de Borrazópolis.

Requer também, que do presente seja dado conhecimento à família enlutada, por intermédio do Prefeito antes mencionado.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.980

a) Gilberto Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER o registro na ata da sessão de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Vinholi, ocorrido em 14 do corrente, com a idade de 94 anos, deixando 11 filhos, 62 netos, 73 bisnetos e 10 tetranetos.

O extinto, que era casado com a Sra. Vitória Mohi Vinholi, era progenitor do atual prefeito do Município de Jandaia do Sul, a quem o requerente solicita seja dado conhecimento da presente iniciativa.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.980

a) Gilberto Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no Artigo 70, do Regimento Interno, renuncio, nesta data, a condição de membro efetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito, que estuda prováveis irregularidades no DETRAN.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.980

a) Jurandir Messias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando informações com referência a demora nas expedições de diplomas às formandas do Instituto de Educação do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.980

a) Mário Celso.

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que a Secretaria da Educação exige apre-

sentação de diplomas para contratar professoras para o Estado;

Considerando que as Prefeituras também agem da mesma forma para contratação de professoras, a nível municipal;

Considerando que o diploma é o documento legal para comprovação de uma formação profissional;

Considerando que as formandas de 1.977 ainda não receberam seus diplomas;

Considerando que tanto as alunas (formandas), como seus pais, reclamaram por diversas vezes junto ao estabelecimento e Secretaria da Educação, sem conseguir sucesso em seus objetivos;

#### PERGUNTO:

1 — Quem é o responsável pela expedição dos diplomas? o Instituto de Educação ou a própria Secretaria da Educação?

2 — Por que até agora os diplomas das formandas de 1.977 ainda não foram expedidos?

3 — Qual o órgão controlador ou fiscalizador deste setor?

4 — Os diplomas das formandas de 1.978/1.979 já receberam seus diplomas?

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de ofício ao Presidente da República e aos Ministros da Educação e Cultura e Agricultura, solicitando a imediata criação de uma Escola Agrícola no Município de Toledo no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.980

a) Nelson Friedrich.

#### JUSTIFICATIVA:

Já se tornou chavão afirmar que a economia brasileira tem o campo como alicerce, através da agricultura e da pecuária. Mas é um chavão por demais verdadeiro, que não pode ser substituído pelos dirigentes e pelas forças vivas da Nação.

Também não é novidade informar-se que a economia agrícola paranaense é que desfruta de maior índice de desenvolvimento, não só por se o Paraná um grande abastecedor do consumo interno, mas também um dos maiores exportadores de café, soja, carnes e outros produtos agropecuários.

E ninguém pode negar que o oeste, especialmente a microrregião que constitui o seu extremo, se agiganta, dia a dia, no avanço de sua agricultura e de sua pecuária, constituindo-se em um dos maiores e mais promissores polígonos econômicos do Estado.

Toledo, como integrante desta micro-região, já se tornou conhecido no Estado, no País e mesmo no exterior, pela sua extraordinária produção de cereais (soja, trigo, milho...), de café, de algodão, como o maior produtor de sementes fiscalizadas (soja e trigo) e também como o maior centro produtor de suínos e aves do Brasil (possui o maior abatedouro da América do Sul).

Tudo isso já é muito, mas não seria nada, se por trás dessa pujança produtiva não estivesse o homem-agricola, o agricultor, o pecuarista, ou o simples "colono", como é geralmente conhecido o nosso rurícola no sul do País. Seu amor à terra, sua coragem e bravura, sua disposição para cultivar a melhor terra do mundo; sua tenacidade e sua resistência às intempéries e aos conseqüentes e geralmente danosos efeitos; sua perseverança na faina, após qualquer evento dos mais desagradáveis na agricultura e/ou na pecuária — tudo isso é notório em todos os escalões governamentais e sociais, que, diga-se de passagem, não regateiam ao rurícola oestino os merecidos aplausos.

Mas, a esse gigante de nossa economia agrícola, está fal-

tando algo para maior suporte de sua luta, maior aproveitamento dos meios de produção, através de um bem maior, mais efetiva e direta presença técnica em seu campo de trabalho.

Agrônomos e outros técnicos, existem sim, e não em pequeno número, a serviço das cooperativas, empresas e... firmas que assistem ao nosso homem do campo.

A proporção, porém, que o desenvolvimento se intensifica pela mecanização e até pela assistência atual, cresce também a necessidade de um maior número desses técnicos à disposição de cada fazenda, de cada sítio, de cada colônia, enfim.

Dá por que os próprios agricultores vêm encaminhando os filhos a um aprendizado de técnica agrícola em Curitiba, Ponta Grossa..., Bandeirantes e outras cidades paranaenses onde existem estabelecimentos escolares e mesmo Faculdades capazes de prepará-los para o amanhã de nossa agricultura.

Por que, porém, não se criar nesta micro-região, especificamente em Toledo, que oferece as já mencionadas condições econômicas, um estabelecimento de ensino agrícola, para formar, pelo menos a nível de 2.º grau profissionalizante, os filhos dos agricultores? Não seria salutar e altamente benéfico para a própria economia da região que o agricultor tivesse, em casa mesmo, o seu assistente técnico no trato da terra, na aplicação de defensivos e na própria colheita e comercialização do produto?

Trata-se de velha reivindicação não só de Toledo como de toda a micro-região. Com uma pequenina dose de boa vontade, o Governo poderá atendê-la, pois até o Ministério da Agricultura já dispõe em Toledo de uma área de 50 alqueires paulistas, onde, além de instalar o estabelecimento de ensino, poderia criar um campo experimental adequado a esse ensino.

Quanto à dificuldade de professores para essa escola, na realidade ela não existe. O corpo docente seria tirado dos próprios agrônomos — e que não são poucos — residentes no Município.

Diante do exposto, solicito que seja encaminhado esta proposição às autoridades inicialmente citadas.

**O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes)** Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Túlio Zanchet. (Ausente)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

**O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):**

“Desejo fazer chegar a esta Casa o clima de justificável apreensão reinante em todo o Oeste paranaense, onde as entidades representativas das classes produtoras, principalmente as cooperativas agrícolas, diante dos perigosos efeitos que possam advir na Portaria DIRAB 119, do Conselho Nacional do Petróleo.

A medida, como se sabe, restringe as atividades dos postos revendedores de combustíveis, obedecendo a política de contenção dos derivados do petróleo adotada pelo Ministério das Minas e Energia.

Desejamos, desta tribuna, nos solidarizar com o movimento empreendido pela Associação Comercial e Industrial de Cascavel, pela Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná — CACIOPAR — e pela Cooperativa Agropecuária de Cascavel — COOPAVEL — junto aos altos escalões do Governo Federal, a fim de que a citada portaria do Conselho Nacional do Petróleo somente venha a ser posta em vigência daqui a seis meses, pelo menos.

Aquelas organizações representativas do empresaria-

do da região que temos a honra de representar neste Legislativo, ponderam sobre os inconvenientes de se implantar agora as providências restritivas, quando a economia regional não dispõe de estrutura capaz de atender à demanda de um setor que contribui com 36,17% do trigo e 40,75% da soja colhida no Estado.

Enquanto o Oeste dispõe de ampla rede de postos revendedores de derivados, carece, por outro lado, dos serviços prestados pelos Transportadores-Revendedores-Retalhistas (TRR), a nível de propriedade rural. E, ainda, não há condição alguma de estocagem de combustíveis nos moldes propostos por aquela portaria.

Ninguém desconhece dos inauditos esforços que o Governo vem empreendendo, principalmente o Ministério da Agricultura, para fazer da agricultura o alicerce fundamental da recuperação econômica do País. Sobre a extraordinária colheita de soja deste ano repousam as mais acalentadas esperanças. E já estamos nos preparando para a colheita do trigo, para, em seguida, ingressarmos na fase do plantio da soja, milho, feijão e arroz.

O setor agrícola, Sr. Presidente, não está preparado para absorver os efeitos da medida governamental. Urge que ela seja reavaliada em toda sua extensão, para poupar a classe produtora do Paraná e do País, de inevitáveis prejuízos.

O Legislativo Municipal de Cascavel já se solidarizou com o apelo dirigido ao Presidente do CNP, ao Ministro da Agricultura, ao Ministro das Minas e Energia pela ACIC, Caciopar e Coopavel.

Desejamos que também esta Assembléia Legislativa se solidarize com tão justa causa oferecendo-lhes também o seu significativo aval.”

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes)** Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, segundo orador inscrito.

**O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.**

No ano em que se comemora o cinquentenário da imigração dos Menomitas ao Brasil, sentimos o encargo de prestar uma homenagem a esta brava comunidade, que no início deste século encontrou em nossas terras, a sua nova Pátria, vinda a procura de trabalho e liberdade, após a revolução da Rússia, em 1.917, onde por causa de sua fé, foram alvos de perseguição e combate.

Nesta oportunidade, queremos exaltar o espírito de união e luta constante, que sempre prevaleceu neste povo, que aqui, deu continuidade ao seu trabalho desbravador, desenvolvendo um sistema agrícola e industrial, que se tornou mundialmente famoso, pelo seu nível de organização, desde que rumaram, em fins do século XVIII, para a Ucrânia e a Rússia, onde se estabeleceram por 150 anos, aproximadamente.

Até 1.951, desconhecia-se no Paraná o nome Witmarsum, pois esta colônia, que assim se chamava, localizava-se no interior de Santa Catarina, no Município de Ibirama. Em 1.930, lá chegavam 1.200 pessoas, constituindo 200 famílias, como fugitivos da Rússia, a procura de um País que os acolhesse e uma nova Pátria para seus filhos.

A Companhia Hanseática de Colonização cedeu-lhes o Vale do Rio Grauel, no Oeste do Município de Ibirama. Naquelas terras virgens, o primeiro atalho foi aberto com foice e machado, por aqueles pioneiro.

Ali fundaram uma Cooperativa, construíram e instalaram sua escola primária e secundária. Montaram fábricas de óleos, de móveis, serrarias e lojas, oficinas e até um hospital.

Naquelas encostas íngremes, a terra não era muito arável, e eles foram forçados a diminuir a sua tecnologia agrícola, à lavoura da enchada, no cultivo do milho e da man-

dioca, sendo que este último, passou a ser o seu principal cultivo, por ser um dos poucos produtos comerciáveis. Assim, foi que iniciou o "êxodo rural" daqueles colonos.

Em 1.933, alguns jovens e famílias formadas, estabeleceram-se nos subúrbios de Curitiba, denominados Vila Guaiara e Boqueirão, onde fundaram a Cooperativa de Consumo Boqueirão Ltda., e a Cooperativa São José.

Dificuldades internas causaram a dissolução final da Colônia Menomita em Santa Catarina, e novos horizontes começaram a encorajar aqueles pioneiros à procura de outras terras.

Em 7 de junho de 1.951, foi comprada pela Sociedade Anônima Comercial e Industrial Witmarsun, a fazenda Canceleda, no segundo Planalto do Paraná, nos Campos Gerais.

Ali reiniciava-se a formação de mais uma nova colônia, a qual foi chamada de a "Nova Witmarsun".

A Cooperativa Agro-Pecuária Witmarsun foi a moça mestra da estrutura econômica desta colônia; organizando escolas, notadamente o Ginásio Estadual Fritz Kliewer, coordenando o trabalho de construção e manutenção de prédios e de estradas, e montando o maquinário para a industrialização do leite, a principal produção de Witmarsun.

As famílias Menomitas de Witmarsun não se limitam apenas às atividades da cooperativa, da agricultura, da pecuária e do comércio. Desenvolvem uma vida social intensa, com grupos de jovens que realizam apresentações teatrais, musicais e folclóricas, bem como as atividades esportivas.

Não se poderia crer na existência de Witmarsun não fosse o espírito de união que sempre prevaleceu entre eles, ressaltando a tenacidade no trabalho e o valor da fé cristã, estruturados pela religião Menonita, que constitui a base moral da comunidade.

Com muita satisfação associamo-nos com os valorosos integrantes da comunidade menonita radicada em nosso Estado, reconhecendo os seus notáveis méritos e viva contribuição para o progresso de nossa Pátria.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Até hoje não entendo a demora do Instituto de Educação na expedição de Diplomas de suas formandas.

Poderia compreender se fossem as formandas de 1.979.

Talvez um atraso burocrático, ou ainda, de má impressão da gráfica, que obrigasse o Instituto a refazer todo o ser trabalho, mas eu falo das formandas de 1.977.

O que está ocorrendo realmente de agravante, mães de alunas, pais de alunas desesperados, muitos até precisando que suas filhas trabalhem para ajudar no sustento do lar e hoje em dia todos sabem o quão difícil é a situação econômica de cada família e quando essas moças procuram os estabelecimentos do Estado, logo recebem a negativa, porque há a exigência do diploma, a comprovação, o documento legal.

Também agem dessa forma, as prefeituras municipais.

Conseqüentemente elas não podem lecionar a nível municipal e muito menos nas escolas particulares que também exigem a comprovação da sua formação.

Nós já levantamos a voz em determinado momento nesta tribuna, falando sobre o assunto.

Hoje além de levantarmos a questão, nós estamos colocando esta questão também em debate, através de um pedido de informações que fazemos à Secretaria da Educação, porque as alunas além de não conseguirem a entrega, o recebimento desses diplomas, estão sendo prejudicadas por várias vezes,

porque vão na Secretaria da Educação e esta fala que os diplomas são de responsabilidade do Instituto. Tudo isso gera despesas, é condução, é roupa, é a busca desse diploma que elas tem de direito, porque conseguiram passando em vários concursos, em vários testes realizados em sala de aula.

Então a Secretaria fica a dificultar a entrega desses diplomas. O Instituto de Educação diz que não é de sua responsabilidade, que é responsabilidade da Secretaria da Educação.

Então nós para dirimirmos as dúvidas, perguntamos ao Sr. Secretário considerando que a Secretaria da Educação exige a prestação desses diplomas, para contratação de professoras;

— considerando que as prefeituras também agem da mesma forma para contratação de professoras a nível municipal;

— considerando que o diploma é o documento legal de comprovação de formação profissional;

— considerando que as formandas de 1.977 ainda não receberam seus diplomas, e;

— considerando que os alunos como os seus pais reclamaram por várias vezes, junto ao Estabelecimento e à Secretaria da Educação, sem conseguir sucesso em seus objetivos, pergunto:

1 — Quem é o responsável pela expedição de diplomas? O Instituto de Educação ou a própria Secretaria da Educação.

2 — Por que até agora os diplomas das formandas de 1.977 ainda não foram expedidos?

3 — Qual é o órgão controlador ou fiscalizador desse setor?

4 — As formandas de 1.978 e 1.979 já receberam os seus diplomas?

Era esse então o pedido de informações que eu coloco em debate, solicitando o apoio de todos os Companheiros desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para encaminhar um requerimento à Mesa desta Casa, solicitando o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, solicitando imediatas providências no sentido de se promover, em âmbito estadual, uma campanha de erradicação da brucelose. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, solicitando imediatas providências no sentido de se promover em âmbito estadual "CAMPAINHA DE ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE", dados os índices alarmantes verificados no Vale do Piquiri-vaí.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1.980

a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

"A saúde do Povo é a Suprema Lei", é a frase que nos traz sempre profundas meditações, pois todos sabem que a saúde do povo em nosso País tem sido relegada, muitas vezes a plano secundário e para provar o que afirmamos é só vermos os orçamentos da União e dos Estados e fazermos as comparações.

Temos conhecimento que grande surto de "brucelose" está a atacar todo o rebanho bovino na Região do Vale do Piquiri-vaí, compreendendo Ubitatã, Campina da Lagoa, Nova Cantu e Roncador, trazendo preocupações não somente a nós, mas principalmente aos moradores daquela região, que além de ver seu rebanho bovino ameaçado, vê igualmente ameaçada

a saúde de sua famílias, pois ela é a consumidora do leite, queijo, carne e outros derivados que lá se produzem, sem a mínima fiscalização dos órgãos competentes, daí não se saber se os produtos estão ou não contaminados pela brucelose.

Em recente entrevista concedida ao Jornal Vale do Piquirivaí, de Ubitatã, o médico veterinário Dr. Wilson Roberto de Sá, do Escritório da ACARPA de Campina da Lagoa, cuja área abrange os Municípios de Ubitatã, Nova Cantu e Roncador, afirmou que o quadro da "brucelose" naquela região apresenta índices considerados alarmantes, atingindo a média de 15 a 20% do rebanho daquelas localidades, dados esses que sobem em certas propriedades até a 50%.

O que mais nos preocupa, entretanto, é que a "brucelose" é uma doença facilmente transmissível ao homem através da carne, do leite, do queijo, da manteiga e outros derivados, e que esse problema de transmissão se agrava, na medida em que os médicos não colocam em sua rotina o pedido de um exame de brucelose aos seus pacientes.

Urge portanto, que a Secretaria de Agricultura promova uma campanha de nível estadual e principalmente na região do Vale do Piquirivaí, a qual faça uma total verificação da incidência da doença no rebanho bovino, para que a mesma não venha a ser transmitida aos que lá habitam."

Solicito também que deste expediente, se envie cópia à Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Sr. Deputado Gabriel Manoel. A Mesa registra a presença em nosso plenário, do Sr. Antenor Zanin, vice-Prefeito de Arapongas.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos novamente, a falar, sobre o problema da emenda que prorroga o mandato de Vereadores e de Prefeitos do Brasil.

Srs. Parlamentares, Sr. Presidente. Dentro de uma pesquisa que fizemos escutando as nossas bases, estamos hoje aqui, pleiteando para que essa emenda seja aprovada, para que não haja uma solução de continuidade no regime democrático.

Depois de uma pesquisa ao analisarmos, sem procurarmos coagir, apenas escutando os prefeitos, os vereadores e as nossas bases, na minha base, tivemos hoje a satisfação de conversar com diversos prefeitos, onde apoiaram um Deputado Federal do PP e o mesmo disse aos Srs. prefeitos, "que a vontade dele, é de prorrogar os mandatos". Se hoje estamos aqui, fazendo esta declaração, é porque estamos autorizados pelos Srs. prefeitos, pelas nossas bases e pelos Srs. Vereadores, onde dizíamos Sr. Presidente, onde dizíamos Srs. Deputados, onde dizíamos imprensa e povo do Paraná, que o povo está completamente alheio, está apenas voltado para a situação financeira de nosso País, que é necessário equacionarmos com uma unidade, como se fora um bloco monolítico Deputados da Situação e da Oposição, para que haja esta dilação de prazo, como dissera um Deputado do PP, na Câmara Federal, "que era favorável à dilação de prazo, mas não podia dizer porque seus pares estavam o coagindo.

Então, eu vim de público pedir contas a esse Deputado que fez dobradinha comigo no Norte Pioneiro. Porque para que preste contas aos companheiros onde ele disse que era favorável e não podia dizer.

Cobro isto, como direito de cátedra, porque sou favorável à dilação de prazo. Meu companheiro de chapa que diga aos prefeitos que não é favorável, mas que não vá dizer ao "pé do ouvido" que ele é favorável, mas não pode dizer. É uma cobrança que faço de público. Nós olhamos de público para o público. Se levamos os votos aos prefeitos que nos elegeram, então os Deputados que conosco fizeram a dobradinha, que também vão à tribuna, dizer se são favoráveis ou contra esta dilação de prazo, da prorrogação de mandatos dos prefeitos que

seriam votados por quatro ou seis anos.

A pior justificativa é a traição ao nosso povo. A pior justificativa é a traição ao povo que nos elegeu e que nos trouxe à esta Assembléia. A justificativa talvez seja do Deputado da roça, que tem a viseira bitolada, que não entende de política, mas tem por finalidade e por orientação a honestidade para com seus prefeitos. Não vou dizer aos prefeitos que sou contra ou a favor. O que eu digo é que sou favorável e venho de público, faço questão que a imprensa publique, somos favoráveis à prorrogação dos mandatos dos Srs. prefeitos e dos Srs. Vereadores.

Muito obrigado. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

"A par da conhecida suinocultura e da comprovada capacidade agrícola, o Sudoeste do Paraná é hoje, uma das regiões expressivas em termos de produção de bovinos, contando atualmente com cerca de 500.000 cabeças.

Ao analisarmos, nesta oportunidade, o potencial da pecuária sudoestina, o fazemos com o intuito de sensibilizar a Secretaria da Agricultura para o atendimento de uma velha aspiração do Sudoeste de nosso Estado.

Além da qualidade e da quantidade de bovinos desta região, cumpre-nos salientar, também, o clima propício (tropical úmido), a indispensável infra-estrutura (representada pelo Parque de Exposições de Francisco Beltrão) e a disposição das autoridades municipais, dos médicos veterinários, zootécnicos e dos pecuaristas do Sudoeste.

Estas considerações, Sr. Presidente, Senhores Deputados, fazem-se necessárias, em face do pedido que a seguir faremos, em nome do Sudoeste, ao Dr. Reinhold Stephanes, mui digno Secretário da Agricultura de nosso Estado.

Trata-se do Calendário Oficial de Feiras para o próximo ano, iniciativa das mais louváveis, da referida Secretaria.

É até desnecessário salientar que as feiras pecuárias são estímulos — e dos mais importantes — para o incentivo à produção, melhoria da produtividade, facilidade de comercialização e fator aglutinador de interesses de produtores e compradores.

O custo de realização de uma feira desta natureza é, no caso do Sudoeste, muito menor do que as despesas enfrentadas pelos criadores para locomoverem-se, com seus animais, até municípios distantes ou até mesmo para outros Estados.

Em face do exposto, endossamos, desta tribuna, as solicitações encaminhadas à Secretaria da Agricultura, pelo Prefeito João Batista de Arruda, pelo Dr. Wilson Gealh - Presidente do Núcleo de Médicos Veterinários e Zootécnicos do Sudoeste do Paraná — e pelos pecuaristas da região, no sentido de que Francisco Beltrão seja incluída no Calendário Oficial de Exposições de Bezerros para o ano de 1981.

Era o que tínhamos a expor e a reivindicar, acreditando que, mais uma vez, a Secretaria da Agricultura, na pessoa do Dr. Reinhold Stephanes, não nos decepcionará, premiando os pecuaristas sudoestinos (que merecem este incentivo) e a cidade de Francisco Beltrão que, honrada, poderá sediar, estamos certos, já no próximo ano, a Feira de Bezerros do Sudoeste do Paraná."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Romero Filho. — (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Renato Bernardi. — (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Deputado Cyro Martins. — (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Voltamos a ocupar a tribuna desta Casa, atendendo ao apelo de vários funcionários do Banco do Estado do Paraná S/A, que aguardam ansiosamente as providências de seus representantes, no sentido de que seja feita justiça, nada mais do que a justiça.

E desta feita, gostaríamos de dar conhecimento aos nobres Deputados, do expediente formulado pelo Sindicato de Bancários de Curitiba, ao Delegado Regional do Trabalho, no Paraná, em 16 de maio de 1980, e cuja íntegra é a seguinte. (Lê):

“O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba, no uso de suas atribuições e na defesa dos interesses de seus associados, vem à presença de Vossa Excelência, solicitar os seus préstimos no sentido de coibir os abusos cometidos pelo Banco do Estado do Paraná S/A, contra seus funcionários, como a seguir denunciaremos:

No dia 10/12/1976, após minuciosa análise da reestruturação de cargo efetuada pelo Banestado, este Sindicato formulou expediente solicitando a correção de algumas distorções causadas com a reestruturação e que provocaram redução de salários para vários funcionários. (anexo expediente do Sindicato).

Naquela ocasião já demonstrávamos preocupação quanto a redução da gratificação semestral que vinha sendo paga, há vários anos, à base de 1/3 dos proventos recebidos no semestre.

Tal preocupação veio a se consolidar quando, no pagamento da gratificação feito no segundo semestre daquele ano, os funcionários tiveram reduzidos de 1/3 para 1/4 (dos proventos do semestre) a referida gratificação.

Foi a primeira redução salarial efetivada pelo Banestado e em sua defesa o Banco alegava que “a parte da gratificação reduzida havia sido incorporada ao salário com a reestruturação de cargo (Circ. 1830/76).

Posteriormente, ao apreciar o balanço geral de 1979, a Diretoria do Banco, paralelamente agradece os esforços despendidos pelos funcionários pelo resultado obtido naquele ano e reduz de maneira clara a gratificação semestral de 1/4 para 1/6 dos proventos recebidos no semestre (Cir. anexa).

Reiteradas jurisprudências da Justiça do Trabalho atestam que as gratificações pagas no final dos balanços dos bancos incorporam-se ao salário para todos os efeitos legais e, como salário, não podem ser reduzidas.

O próprio Banco, nas rescisões de contrato de trabalho incorporam-nas para os efeitos de maior remuneração.

O próprio Banco ao contestar as ações que lhe movem seus funcionários diz que não houve redução salarial uma vez que parte dessa gratificação havia sido incorporada no ordenado por ocasião da reestruturação de cargo em 1976.

A Justiça do Trabalho exaurindo sentença na ação que um dos funcionários propõe contra o Banco assim se manifesta:

“A mencionada gratificação que vem sendo percebida pelo ora peticionário não é de maneira alguma aleatória e muito ao contrário incorporou-se definitivamente em seu contrato de trabalho, sendo assim impossível sua supressão ou mesmo sua diminuição, como vem procedendo nesse sentido a ora reclamada.”

Logo adiante diz:

“Portanto, nula e ineficaz a nova modalidade de calcular a gratificação semestral recebida pelo reclamado, ao determinar sua empregadora que o cálculo respectivo fosse efetivado sobre 1/4 de seus proventos e não mais 1/3 como anteriormente sempre o fizera.”

Ora, Senhor Delegado, trata-se sem sombras de dúvidas de uma redução salarial e como tal inclusa nos termos do Decreto-Lei 368, de 19.12.68, regulamentado pela Portaria 3035 de 15.01.69.

Isto portanto, ratificamos nosso apelo solicitando que, nos termos do decreto-lei 368, Vossa Excelência, após as devidas verificações, mande instaurar processo contra o Banco do Estado

do Paraná S/A., visando a restituição da gratificação semestral, bem como das reduções salariais por nós denunciadas a bem da justiça e da paz social.

Sem mais, certos de contarmos com a vossa habitual atenção, valemo-nos do ensejo para retirarmos nossos protestos de elevada estima e admiração.

Atenciosamente.

Luís Carlos Saldanha de Almeida  
Presidente”

“Depreende-se da leitura do Decreto-Lei 368 que trata-se de uma medida salutar que visa à restituição de salários aos funcionários que tiveram os seus ganhos reduzidos por medida unilateral que pretende alterar o Contrato de Trabalho.

DIZ O REFERIDO DECRETO EM SEU ARTIGO 1.º:

“A empresa em débito salarial com seus empregados não poderá:

I — Pagar honorários, gratificações pro-labore ou qualquer outro tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares de firma individual.

II — Distribuir quaisquer lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos.”

E, MAIS ADIANTE, EM SEU ARTIGO 6.º EMITE O SEGUINTE PARECER:

“Considera-se salário devido para os efeitos deste decreto-lei, a retribuição de responsabilidade direta da empresa, inclusive comissões, percentagens, gratificação, diárias para viagens e abonos, quando a sua liquidez não sofram contestação nem estejam pendentes de decisão judicial.”

A PAR DESSES ENTENDIMENTOS, O REFERIDO DECRETO EM SEU ARTIGO 4.º, ESTABELECE SANÇÕES AOS DIRETORES CUJAS EMPRESAS TENHAM REDUZIDO O SALÁRIO DE SEUS FUNCIONÁRIOS E TEM A SEGUINTE REDAÇÃO:

“Art. 4.º — Os diretores, sócios, gerentes, membros de órgãos fiscais ou consultivos, titulares de firma individual ou quaisquer outros dirigentes de empresa responsável pela infração do disposto no art. 1.º, incisos I e II, estão sujeitos a pena de detenção de um mês a um ano.”

Por outro lado, tem-se questionado nesta Casa sobre a redução da gratificação dos funcionários do Banestado.

Sua Excelência, o Deputado Erondy Silvério, em inúmeros e efusivos pronunciamentos, tem procurado demonstrar que a gratificação dos funcionários do Banestado vem sendo paga rotulada de “participação dos funcionários nos lucros da empresa”, procurando descaracterizar a sua habitualidade a sua conotação salarial.

Temos em mãos dois documentos da mais fundamental importância para o melhor entendimento dessas gratificações como verba fixa e integrada de maneira inconfundível aos salários dos funcionários.

Trata-se das atas das Assembléias do “Banco do Estado do Paraná S/A.. e da “Banestado S/A., - Corretora de Seguros”.

Tais atas expressam o pensamento das Assembléias do Banco, constituídas pelos seus acionistas e diretores cuja soberania é incontestável.

Pois bem, essas assembléias, de 31/04/80 e 04/04/80, respectivamente, estabelecem, entre outras providências, o aumento da gratificação dos Diretores dessas empresas com base nos reajustes automáticos.

Isto quer dizer que, os senhores diretores dessas empresas terão suas gratificações semestrais, reajustadas não com base na lucratividade da empresa, como fazem para seus funcionários mas sim reajustadas de acordo com a lei 6.708.

Ora, o próprio Deputado Erondy tem insistido que no Banestado não existe banqueiro e que os seus diretores são funcionários como todos os outros. Mas, se isso é verdade porque essas disparidades salariais? Porque os diretores ao pegar o seu

quinhão do bolo produzido o fazem de maneira diferente da dos funcionários? Que privilégios se lhes atribuem para essa diferenciação?

Temos insistido na proporcionalidade entre a gratificação e o salário dos funcionários do Banco cujo pagamento há vários anos tem sido de 1/4 dos proventos recebidos no semestre ou seja, um salário e meio de gratificação semestral. Essa gratificação foi reduzida recentemente para aproximadamente um salário por semestre.

Vejamos então como ficou as gratificações dos "funcionários" Diretores do Banco do Estado do Paraná S/A., e da sua seguradora:

No Banco do Estado do Paraná

1 — "Ao Diretor Presidente Cr\$ 99.670,00 mensais e mais duas parcelas de Cr\$ 299.010,00 a serem pagas em junho e dezembro a título de Gratificação Semestral;

2 — "Aos demais diretores Cr\$ 93.525,00 mensais a título de honorários e mais duas parcelas de Cr\$ 280.575,00 cada uma a serem pagas em junho e dezembro a título de Gratificação Semestral.

Na Banestado Corretora de Seguros:

1 — "Ao Diretor Presidente Cr\$ 78.408,00 mensais a título de honorários e mais duas parcelas de Cr\$ 196.020,00 cada uma a serem pagas em junho e dezembro a título de gratificação semestral;

2 — "Ao Diretor Técnico Cr\$ 75.329,00 mensais a título de honorários e mais duas parcelas de Cr\$ 188.325,50 a título de gratificações semestrais a serem pagas nos meses de junho e dezembro.

Nestes casos a Diretoria tomou o cuidado de preservar-se futuramente adotando os seguintes critérios que sugerimos sejam adotados também para os seus funcionários:

a) As gratificações semestrais serão pagas com base no salário na proporção de 1 salário e meio por semestre ou seja 1/4 da remuneração do semestre;

b) As gratificações semestrais serão pagas independentemente do lucro uma vez que as mesmas serão creditadas nos meses de junho e dezembro, ocasião em que ainda não estarão apurados os resultados da empresa."

Dois pesos e duas medidas. Reduz-se a gratificação semestral dos funcionários, ao mesmo tempo em que em assembleias e em reuniões os diretores resolvem entre si, dividir o bolo das gratificações. Somente ao Diretor-Presidente — como já enfocamos — 600 mil cruzeiros aproximadamente, a título de gratificação semestral, em duas parcelas: em junho e dezembro.

Conforme nós já havíamos colocado desta tribuna, que nós voltaríamos a focalizar este assunto Banco do Estado do Paraná S/A, inclusive nós dissemos há quatro semanas atrás de que o Sindicato entraria com uma representação junto ao Ministério do Trabalho, o que ocorreu no último dia 16 de maio, exigindo realmente, medidas drásticas, sérias, justas, coerentes do sindicato, do Ministério do Trabalho, com relação a esta representação enorme de todos os funcionários do Banestado que foram roubados, no que é mais sagrado, nos seus salários, porque entendemos a gratificação como parte global, integrante e adicionado aos seus salários mensais.

Então é que nós procuramos colocar-se aos funcionários se reduz a gratificação, alegando pouca lucratividade, por que os Senhores funcionários "Diretores", se distribui este bolo?

Tem o aparte o Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Aproveito para mais uma vez manifestar cumprimentos a Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz, pelo assunto que traz à Casa, porque confesso à Assembleia Legislativa quando da primeira vez em que ouvimos o discurso-denúncia, não senti a seriedade e a complexidade das suas manifestações e obviamente na seqüência dos fatos, é que se chegou à conclusão efetiva de que a preocupação do Deputado Fiori Luiz, além de ser procedente, era de gerar um

debruçar mais profundo sobre a problemática e isso nós fazemos, tributando a homenagem pela sua coragem e pelo seu desprendimento nesta análise, porque muito se disse que o Banco do Estado do Paraná seria intocável, porque é o Banco de todos nós, mas exatamente por isso, principalmente por ser um Banco oficial do Estado do Paraná, é que não é possível que fiquemos no silêncio, omissos, passivos diante de graves aspectos que vive hoje interna e externamente a nossa instituição oficial.

Ora, Deputado, não bastam o que afirmaram, por exemplo, o Banco Central, através do Presidente Carlos Langonni, colocando dúvidas sobre a atual situação econômico-financeira do Banco e colocando como uma das causas geradoras das dificuldades econômico-financeiras, hoje, do Banestado, problemas de interferência política, conforme Vossa Excelência trouxe à tribuna.

Não bastam as manifestações encontradas, por exemplo na revista "EXAME", onde situa a grave situação do Banestado. Não bastam reportagens como vimos, na revista "Veja", que colocam o Banestado e o BANRISUL, o Banco Oficial do Paraná e o Banco Oficial do Rio Grande do Sul, como dois bancos que já estariam atingindo sinal vermelho da sua realidade econômico-financeira, altamente comprometida.

Ora Deputado, por estas razões todas, é que são procedentes as suas afirmações. Vossa Excelência pegou pelo aspecto mais sensível que é do seu quadro de funcionários, principalmente as gratificações que foram cortadas, quando aos funcionários de primeiro e segundo escalões, ditos funcionários privilegiados, acabaram tendo os seus privilégios aumentados, isso significa uma tendência que existe no Brasil. Na hora do pega da dificuldade, aplica-se o arrocho salarial, e sempre se estoura na parte mais fraca, na grande maioria dos empregados, quer das empresas privadas, quer no caso do Banco do Estado do Paraná especificamente.

É uma técnica que o regime capitalista que o nosso sistema usa, de jogar exatamente a culpa no salário, a culpa da inflação também no salário. A dificuldade do Banco possivelmente, alguns diretores poderiam jogar nesta distribuição de melhorias salariais, de gratificações a seus funcionários. Então, minha gente, isso tudo nos leva a uma conclusão:

1 — o Banco do Estado do Paraná, não anda às mil maravilhas como se disse nesta Casa, e se quer apurar a opinião pública do Estado;

2 — as causas geradoras desse mal-estar presente que vive a nossa instituição oficial, precisam ser profundamente analisadas e, esta Casa, tem obrigação. Porque são milhares de paranaenses que têm lá, não só seus depósitos populares, mas até as suas poupanças, as poupanças mais generalizadas, mais simples, mais dificultadas e, além do mais, esta Casa tem Comissões Técnicas Especiais, que devem exigir, uma posição clara e oficial do Banco do Estado do Paraná, do Governo do Estado e inclusive, as confirmações das denúncias do Sr. Carlos Langonni, Presidente do Banco Central, dizendo que interferências políticas, estão atrapalhando a boa ação econômico-financeira da nossa instituição oficial.

É uma obrigação desta Casa, e os membros das Comissões Técnicas especializadas no assunto têm obrigação, de assumir e exigir os depoimentos, ou o clarear dessa situação até nebulosa;

3 — ilustre Deputado, isto vem confirmar também, o desencontro que vive hoje o País e eu peço desculpa para dar uma pequena guinada neste aparte, que embora já esteja meio longo.

Há poucos dias vimos um alto representante deste País, um Ministro da Fazenda dizer na Bahia que uma das técnicas para reduzir a situação brasileira seria, diminuir os empregados e os altos salários das empresas. Mas, ele só falou das empresas privadas. Os altos salários, os empregos de primeira categoria das empresas privadas. E as empresas oficiais? E as para-estatais, como é que fica?

Em que pese ser uma medida absurda, em que pese ser uma medida que prova o desequilíbrio administrativo que vive este País, eu arrematária o meu aparte dizendo: "Há poucos dias...

O SR. FIORI LUIZ — Só para acrescentar, nesta colocação. O

Ministro da Fazenda, Ernani Galveas, admitiu ontem que se o índice de inflação, continuar na base de 100%, o Governo terá que induzir as empresas a demitirem seus funcionários que recebem salários mais altos, para contratarem outros com salários mais baixos.

O Sr. Nelson Friedrich — É o desencontro que vive hoje o País.

Deputado, eu encerro dizendo que, o ilustre Presidente da República Sua Excelência João Baptista Figueiredo, há poucos dias, disse taxativamente que alguns membros da Oposição, estão perdendo a cabeça, criticando e condenando muito assiduamente o regime do Governo. Uso aqui para encerrar as palavras do nosso Líder no Senado. É possível que alguns perderam até a cabeça mas, pior é isso, que esse Governo não tem cabeça para dirigir este País.

O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado pelo aparte, ilustre Deputado Nelson Friedrich.

Mas, vamos aguardar Sr. Presidente e nobres Deputados, a resposta do General Adalberto Massa, com relação a essa representação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba. Porque em Londrina, um bancário, funcionário do BANESTADO, entrou com uma ação e na Justiça ganhou. O Banco teve que pagar o prejuízo com o corte da gratificação semestral. Com toda a satisfação concedemos o aparte ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Deputado Fiori Luiz, quero cumprimentar Vossa Excelência pela volta ao assunto do Banco do Estado do Paraná, porque pudemos sentir que quando Vossa Excelência ocupou esta tribuna, pela primeira vez, à respeito deste assunto, quando Vossa Excelência disse de que altas somas foram jogadas nos lucros e perdas por prejuízos causados por importâncias emprestadas à determinados políticos ou determinados grupos políticos, Vossa Excelência foi contestado como se não fosse verdade.

Cumprimentaria, por esta oportunidade em que me dá e farei chegar às mãos de Vossa Excelência cópia, xerox, de um processo desencadeado na Agência de Campo Mourão, onde inúmeras figuras do partido situacionista estavam envolvidas inclusive uma das figuras era o Gerente Regional da Agência do Banco do Estado do Paraná e aquela figura, em vez de cobrir o prejuízo constatado, subiu de cargo e foi removido para Maringá, indo estourar num pequeno funcionário subalterno. Pode ser até que ele tenha tido culpa naquele episódio, mas foi estourar na parte mais fraca.

Este funcionário, agora, está ganhando na Justiça a pena que lhe foi imposta; porque ficou constatado que ele não era o único responsável pelo desfalque havido na agência do Banco do Estado do Paraná, e que a meu ver, também deve ter sido juígado naquele fundo de lucros e perdas, os famosos fundos perdidos que o povo do Paraná é quem paga, porque o Banco do Estado é o Banco de nosso Estado e que produz o desenvolvimento.

Portanto, eminente Deputado, dentro de alguns dias, farei chegar a Vossa Excelência xerox deste processo que me está sendo entregue por este funcionário, que foi acusado, condenado e que agora ganha na Justiça, é absolvido, porque foi condenado injustamente, já que não era o único culpado.

Cumprimento Vossa Excelência por trazer novamente este assunto à baila.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado, nobre Deputado Darcy Deitos.

Nós, evidentemente, como prometemos, voltaremos ainda ao problema "Banco do Estado do Paraná", e vamos procurar nas nossas intervenções, nas nossas colocações, desmascarar uma situação que hoje se apresenta no Banco do Estado do Paraná, o "Banco de todos nós". Mas gostaria de saber, todos nós,

quem?

O BANESTADO continua sendo, mais do que nunca, um caixa-forte para recheiar os bolsos dos políticos em épocas de campanhas, principalmente os políticos da situação. E a continuar este estado de coisas, se cortando, inclusive, financiamentos para pecuária e para a agricultura, para abastecer determinados grupos políticos, o BANESTADO terá um fim muito triste brevemente, ou seja, a sua falência total. Porque vinte e cinco agências do Estado do Paraná, do BANESTADO, já estão no regime pré-falencial.

A continuar um Banco unicamente com a Caixa aberta para os grupos políticos do Estado do Paraná, vamos ver realmente o BANESTADO caminhar para uma falência e vamos tentar depois ouvir as justificativas daqueles que hoje estão na direção deste Banco oficial, principalmente o Sr. Jucundino Furtado, que usa mais o Banco para fazer política do que o Banco para buscar no interior, levar recursos e financiamentos para a nossa agricultura, que está também à beira da falência.

Nós voltaremos ao problema do BANESTADO brevemente, com mais dados com mais acusações. E gostaríamos que nos respondessem como respondeu o nobre Líder Erondy Silvério, de que o Presidente do Sindicato daquela entidade classista, Sr. Luís Carlos Saldanha, adjetiva sobre inverdade. Não há inverdades. Há isto sim, uma verdade muito profunda que precisa ser esclarecida mais ainda dentro do Banco do Estado do Paraná. E não é só o Banco do Estado do Paraná, outras empresas estatais também, já estão a merecer um trabalho mais delongado, por parte de nós Deputados, buscando saber o que acontece nos gabinetes luxuosos destas instituições oficiais onde a corrupção infelizmente corre solta, para favorecer sempre determinados grupos políticos, que detêm a graça do todo poderoso General Aminthas, Governador deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado. Entretanto consulta a Liderança do Partido do Nobre Deputado, onde Vossa Excelência poderá continuar na tribuna. — (Assentimento).

Vossa Excelência falará no horário reservado ao PMDB.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fiori Luiz é evidente que Vossa Excelência fez inúmeras acusações e vem sendo quase que uma constante de Vossa Excelência cujo tema já é uma tese e como um cavalo de batalha, para acusar a Diretoria do BANESTADO.

Deputado Fiori Luiz, como eu não peço a Vossa Excelência, jamais pediria, prova das acusações que acaba de fazer, eu só queria fazer um reparo, uma colocação no seu pronunciamento. Vossa Excelência se referiu que o Banco do Estado está prestes à falência. Porque os políticos da Situação é que estão provocando esta situação junto ao BANESTADO. Deputado Fiori, permita-me não revelar os nomes, mas aqui na Assembleia, da bancada, do seu partido, da bancada do PP e talvez e até posso confirmar, da bancada do PTB, também, existem muitos Srs. Deputados que têm grandes financiamentos, que têm grandes empréstimos, no BANESTADO. E eu posso dizer a Vossa Excelência, Deputado Fiori Luiz, que estes dias ainda eu estava na diretoria, lá em Santa Cândida e vi um Deputado da Oposição, ser recebido antes que este Deputado, com alegria e satisfação, por um Diretor do BANESTADO, para resolver um problema financeiro seu. E eu depois ao sair, perguntava: — Deputado, foi feliz? Resolvi como eu quis. Fui atendido da melhor maneira possível.

Então, Deputado, vamos repartir os encargos. Se os Deputados da Situação, alguns deles, como eu, devem ao Banco do Estado, têm títulos no BANESTADO, ou da Oposição também os têm. Então vamos repartir o problema. Vamos somar juntos, na hora da sua crítica.

Muito obrigado, Deputado.



O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado, Sr. Presidente, nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário restante. — (Pausa).

Tendo declinado, a Mesa consulta a Liderança do Partido Popular se irá fazer uso de seu horário. — (Ausente).

A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário. — (Ausente).

A Mesa consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso de seu horário. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Juandir Messias, constante do expediente, renunciando a condição de membro efetivo da Comissão Parlamentar de Inquérito, que estuda prováveis irregularidades no DENTRAN. — Deferido. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 21/80, (Mens. Govern. n.º 19/80), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios especificados, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a intervenção da referida Secretaria e da COMEC, e os Municípios nominados, visando aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 22/80, (Mens. Govern. n.º 22/80), que aprova os Termos de Convênio celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e Municípios nominados, sob números 08 até 20, todos de 1979, mais o Município de Almirante Tamandaré, objetivando aplicação de recursos financeiros de acordo com o Programa de Apoio e Projetos de Desenvolvimento Regional. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Convênios celebrados em 04 de dezembro de 1979, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os Municípios adiante especificados: Almirante Tamandaré, n.º 08/79 - COMEC; Araucária, n.º 09/79 - COMEC; Balsa Nova, n.º 10/79 - COMEC; Bocaiúva do Sul, n.º 11/79 - COMEC; Campo Largo, n.º 12/79 - COMEC; Campina Grande do Sul, n.º 13/79 - COMEC; Colombo, n.º 14/79 - COMEC; Contenda, n.º 15/79 - COMEC - Mandirituba n.º 16/79 - COMEC; Piraquara, n.º 17/79 - COMEC; Quatro Barras, n.º 18/79 - COMEC; Rio Branco do Sul, n.º 19/79 - COMEC; São José dos Pinhais, n.º 20/79 - COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros de acordo com o Programa de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Regional.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 23/80, (Mens. Govern. n.º 29/80), que aprova os Termos dos Convênios

celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e municípios nominados, sob n.ºs 01/80 à 13/80, com a participação de órgãos que especifica, objetiva a participação dos municípios signatários no Programa de Transportes Metropolitanos e composto do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos". — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos de Convênios celebrados em 21 de março de 1980, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os municípios adiante especificados: Almirante Tamandaré, n.º 01/80 - COMEC; Araucária, n.º 02/80 - COMEC; Balsa Nova, n.º 03/80 - COMEC; Bocaiúva do Sul, n.º 04/80 - COMEC; Campina Grande do Sul, n.º 05/80 - COMEC; Campo Largo, n.º 06/80 - COMEC; Colombo, n.º 07/80 - COMEC; Contenda, n.º 08/80 - COMEC; Mandirituba, n.º 09/80 - COMEC; Piraquara, n.º 10/80 - COMEC; Quatro Barras, n.º 11/80 - COMEC; Rio Branco do Sul, n.º 12/80 - COMEC; São José dos Pinhais, n.º 13/80 - COMEC, objetivando a participação dos Municípios signatários no "PROGRAMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO" composto do "PROGRAMA DE TRANSPORTES ALTERNATIVOS PARA ECONOMIA DE COMBUSTÍVEIS" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 24/80, (Mens. Govern. n.º 50/74), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, objetivando realizações de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 24/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Renovação de Convênio celebrado em 04 de março de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, objetivando a realização de atividades profiláticas contra endemias rurais no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 104/78, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano de Obras, a ligação asfáltica ligando o Distrito de Pitangueiras, Município de Rolândia, à estrada que liga os Municípios de Sabáudia e Astorga. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 104/78  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Plano de Obras a ligação asfáltica ligando o Distrito de Pitangueiras, Município de Rolândia à estrada que liga os Municípios de Sabáudia-Astorga, num trecho aproximado de 6 km.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 50/79, que declara de utilidade pública a "Associação dos Funcionários Municipais de Jacarezinho. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 50/79  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE JACAREZINHO, com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 177/79, que declara de utilidade pública a "Augusta e Respeitável Loja Simbólica — Acácia 1.ª", com sede e foro na cidade de União de Vitória. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 177/79  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA — ACÁCIA 1.ª, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 186/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Aurora", com sede e foro na cidade de Nova Aurora. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 186/79  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA AURORA, com sede e foro na cidade de Nova Aurora.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 195/79, que declara de utilidade pública o "Centro Cultural e Esportivo Ceuazulense", no Município de Céu Azul. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 195/79  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO CEUAZULENSE, com sede e foro na cidade de Céu Azul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 210/79, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita "Allan Kardec", com sede e foro na cidade de Umuarama. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 210/79  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA ALLAN KARDEC, com sede e foro na cidade de Umuarama.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 07/80, que declara de utilidade pública a "Congregação Missionária do Santíssimo Redentor", com sede e foro na cidade de Curitiba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 07/80  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CONGREGAÇÃO MISSIONÁRIA DO SANTÍSSIMO REDENTOR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 08/80, que declara de utilidade pública o "Círculo Orquidófilo Pontagrossense", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 08/80  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CÍRCULO ORQUIDÓFILO PONTAGROSSENSE, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 21/80, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 21/80  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSO-

CIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE JANDAIA DO SUL, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Lemos, ocorrido na cidade de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ernestina Duque de Castro, ocorrido na cidade de Bela Vista do Paraíso. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Alceu de Oliveira Toledo, ocorrido na cidade de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rodolfo Kratz, ocorrido em Guaíra. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Tercílio Biz. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Catarina Maroneze de Senna. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Vinholi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Movimento Jovem denominado de Juventude Cristã Democrática. — **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere, e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal.

(É feita a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 21 Srs. Deputados, não há "quorum" para votação, mas sim para prosseguimen-

to da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, objetivando a pavimentação da rodovia Toledo-Vera Cruz do Oeste. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos Transportes, Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor da PARANATUR, no sentido de que conjuguem seus esforços a fim de atender, antes da chegada de Sua Santidade o Papa João Paulo II, a reivindicação do "Camping Clube de Curitiba", fazendo o revestimento anti-pó das suas ruas internas. — Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo informações com referência a demora nas expedições de diplomas às formandas do Instituto de Educação do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo providências no sentido de se promover em âmbito estadual "CAMPAÑA DE ERRADICAÇÃO DA BRUCELOSE". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Srs. Ministro da Educação e Cultura e da Agricultura, encarecendo a imediata criação de uma Escola Agrícola no Município de Toledo. — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações sobre as obras do Lago Igapó de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com o apoio do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Superintendente do IAPAS, no sentido de ser descentralizada a expedição de certificado de quitação. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 27, 28 e 29/80.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/79.

Levanta-se a sessão.